



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

NELSON MARCHEZAN JÚNIOR¹, Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul, vem, com fundamento no art. 25 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, **REPRESENTAR** a este órgão de fiscalização das finanças do Estado pelos fatos e fundamentos que a seguir expõe:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal passou a ter auto-aplicabilidade a partir da redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional 41, de 2003. A auto-aplicabilidade do inciso XI do art. 37 foi ratificada pela Emenda Constitucional 47, de 2005, mediante a determinação de subtração apenas das parcelas de natureza indenizatória.

¹ Deputado Estadual Presidente da Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.



Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

O inciso XI do art. 37 da Constituição Federal determina que o valor do teto para fins de pagamento de remunerações, de pensões e de aposentadorias observará os parâmetros previstos no citado mandamento, como segue:

CF, “Art. 37 (...)

(...)

*XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e **nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;**” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)*

Assim também dispõe o art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no que refere ao cumprimento dos limites remuneratórios:

“Art. 17. Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que



estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.”

A Constituição Estadual, através da Emenda Constitucional nº 57, de 21.05.2008, unificou esta normatização, instituindo o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (que na presente data corresponde a R\$24.117,62) como limite único:

“Art. 33 (...)

§ 7º - Para fins do disposto no art. 37, § 12, da Constituição Federal, fica fixado como limite único, no âmbito de qualquer dos Poderes, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais.”

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou a respeito da matéria e já definiu que o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal é auto-aplicável. Nesse sentido, entendeu o relator Gilmar Mendes na decisão da STA nº 256/RS, que a percepção de proventos ou remuneração por servidores públicos acima do limite estabelecido no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, enseja lesão à ordem pública, restando configurada no caso de descumprimento da regra constitucional. Fundamenta sua decisão em outros julgamentos do STF, a exemplo da SS-AGR nº 2447, em que foi relatora a Ministra Ellen Gracie:

“AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. OCORRÊNCIA DE GRAVE LESÃO À ORDEM PÚBLICA,



CONSIDERADA EM TERMOS DE ORDEM JURÍDICO-CONSTITUCIONAL. TETO. SUBTETO. ART. 37, XI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, REDAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 41/03. DECRETO ESTADUAL 48.407/04.

1. Os agravantes não lograram infirmar ou mesmo elidir os fundamentos adotados para o deferimento do pedido de suspensão.

2. No presente caso, a imediata execução da decisão impugnada impede, em princípio, a aplicação da regra inserta no art. 37, XI, da Constituição da República, que integra o conjunto normativo estabelecido pela Emenda Constitucional 41/2003.

3. Na suspensão de segurança não se aprecia o mérito do processo principal, mas tão-somente a ocorrência dos aspectos relacionados à potencialidade lesiva do ato decisório em face dos interesses públicos relevantes consagrados em lei, quais sejam, a ordem, a saúde, a segurança e a economia públicas.

4. Possibilidade de ocorrência do denominado "efeito multiplicador".

5. Precedentes do Plenário.

6. Agravo regimental improvido." (DJ 28/04/2008)

O Conselho Nacional de Justiça aprovou por unanimidade no último dia 1º de junho, Relatório de Inspeção realizado em outubro de 2009 pela Corregedoria Nacional de Justiça no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que no âmbito da gestão administrativa e financeira do órgão detectou a ocorrência de remunerações acima do teto constitucional:

“Constatou-se a existência de cento e vinte e um servidores do TJDFT recebendo remuneração acima do teto constitucional, em desconformidade com o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

DETERMINAÇÃO: o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios deve, no prazo de trinta (30) dias, informar à Corregedoria Nacional de Justiça as providências adotadas para a observância do teto remuneratório, bem como para o ressarcimento dos valores pagos indevidamente.” (Inspeção nº



0005425-23.2009.2.00.0000 - Auto Circunstanciado de Inspeção Preventiva Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – Portaria nº 231 de 30 de setembro de 2009 – Pg. 12).

O Supremo Tribunal Federal também já se manifestou na ADIN nº 3831 no âmbito do Ministério Público que:

“Em redação que demonstra bem a melancólica prática brasileira de pouca clareza quando se cuida de norma sobre remuneração de agentes públicos, a Resolução posta sob o cuidado constitucional deste Supremo Tribunal, na presente ação, altera outras normas de igual natureza, anteriormente vigentes, e com isso define a possibilidade de a) ser ultrapassado o limite máximo para a remuneração dos membros e servidores públicos do Ministério Público dos Estados até agora fixados, e b) de se fixar novo padrão remuneratório para aqueles agentes públicos.”

(..)

“A norma constitucional fixa um limite remuneratório para os membros do Ministério Público da união e que compreende o Ministério Público Federal, o do Trabalho, o Militar e o do Distrito Federal e Territórios. É ele o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, tal como se preceitua no art. 37, inc. XI, da Constituição da República, no qual se tem que “a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União... Dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.”

*Outro é o limite definido constitucionalmente para os membros do Ministério Público dos Estados, tendo-se, no mesmo art. 37, inc. XI, da Constituição do Brasil que: “aplicando-se **como limites nos Estados** e no Distrito Federal, **o subsídio mensal ... dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do***



subsídio mensal, em âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Não é diferente, quanto aos efeitos para a definição do valor máximo da remuneração e do subsídio dos membros e servidores do Ministério Público dos Estados a regra estampada no § 12 do art. 37, com a norma ali estabelecida pela Emenda Constitucional n. 47/2005.

Parece incontestável que a faculdade aberta pela Resolução n. 15/2006 para que os membros e servidores do Ministério Público dos Estados possam vir a perceber, a algum título, cumulativamente ou não, valores que excedam o limite de noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, do que constitui o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal – que é o máximo que pode perceber o Desembargador do Tribunal de Justiça – afronta modelarmente, exemplarmente, o paradigma constitucional de cumprimento obrigatório. Afasta-se, assim, a norma expedida pelo eminente Conselho Nacional do Ministério Público do fundamento constitucional que a legitimaria e torna-se inválida, não podendo subsistir no mundo jurídico nem produzir os efeitos para os quais sobreveio, pelo menos nessa fase de apreciação judicial de sua constitucionalidade.”

Assim, a decisão por maioria do Supremo Tribunal Federal foi nos termos do voto da relatora:

“Pelo exposto, senhores ministros, voto no sentido de deferir a medida cautelar na forma requerida pelo eminente Procurador Geral da República, para se suspender, a partir de agora, a eficácia da Resolução n 15 de 04 de dezembro de 2006, do conselho Nacional do Ministério Público, mantendo-se a observância estrita do quanto disposto no art. 37, inc. XI e seu parágrafo 12, no art. 39, § 4º, e no art. 130-A, § 2º, todos da Constituição da República.” (Relatora Ministra Carmen Lucia – decisão 15/12/2006)



Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

O Poder Executivo Estadual e o Poder Legislativo Estadual já determinaram, em sua jurisdição administrativa, o corte dos pagamentos das remunerações, das pensões e das aposentadorias que extrapolam o limite máximo admitido pela Constituição Federal.

No Tribunal de Contas do Estado, segundo expediente SPI 1645-0100/09-6, que tratou de um Pedido de Informações deste Deputado a esta Corte de Contas, consta na fl.05 que havia (em junho de 2009 quando foram prestadas as informações) servidores efetivos ativos percebendo valores mensais brutos de R\$35.949,25 (trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e servidores efetivos inativos percebendo mensalmente R\$ 35.349,28 (trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos (cópia do expediente anexa).

O mesmo acontece no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, onde em maio de 2009 havia 2 servidores inativos e 1 servidor ativo, assim como 7 magistrados inativos percebem valores mensais acima do teto remuneratório, conforme expediente SPI 1540-0100/09-4, fl.06 e seguintes, também pedido de informações deste Deputado (cópia do expediente anexa).

É significativo o impacto negativo que os gastos com remunerações, com pensões e com aposentadorias geram em razão do excesso de pagamentos realizados acima do limite constitucionalmente previsto, em detrimento de áreas importantes e mais necessitadas.

Diante dos argumentos aqui tratados, venho REPRESENTAR a este Ministério Público de Contas, que no exercício de sua competência, na defesa da ordem jurídica dos interesses da



Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

administração pública e, principalmente, do erário, proceda na representação junto à Presidência deste Tribunal de Contas do Estado, a fim de que se proceda na limitação e corte das parcelas remuneratórias excedentes ao teto remuneratório constitucional no âmbito da Administração Pública Estadual, bem como na devolução dos valores recebidos indevidamente.

Porto Alegre, 02 de junho de 2010.

Nelson Marchezan Júnior,

Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul